

Adesistas do MDB se revelam:

COMPRADOS, ELES APROVAM O PREFEITO DE MALUF

Pág. 3



Jornal da Vila O JORNAL DO TRABALHADOR

Ano 2 — N. 16 — julho de 1979 — Cr\$ 3,00
Av. Cursino, 3861 — Sala 4 Vila Moraes

Nicarágua

UMA DITADURA DESCARADA DE 40 ANOS ESTÁ PERTO DO FIM

Pág. 4

A anistia do governo:

RESTRITA E CHEIA DE CONDIÇÕES

Pág. 2



Tonico e Tinoco As violas que lotaram o Municipal

Pág. 8

ANUNCIANDO O TOM DA TEMPORADA

Quando o projeto de anistia chegar ao Congresso Nacional, o governo estará dando o primeiro passo no que resolveu chamar de "Plano Mestre" para a vida política do país, onde estão previstas rigorosamente até mesmo as datas dos acontecimentos mais importantes deste ano.

Depois da anistia, que será sancionada no dia 7 de setembro, será a vez da remessa ao Congresso do projeto de lei que vai extinguir os atuais partidos políticos, previsto para se tornar realidade no dia 10 de dezembro. Ele prevê a formação de quatro novos partidos: um deles substituirá a Arena e garantirá a maioria para o governo no parlamento; o segundo será constituído por moderados do MDB e dissidentes da Arena; o terceiro será o PTB de

Leonel Brizola e Ivete Vargas; e o quarto reunirá os autênticos do MDB.

Na área sindical, um projeto que reforma a CLT, mas trata principalmente de manter os sindicatos dependentes do Estado, também está previsto para este ano. E, para conter as greves, já se pensa em nova forma de reajustar os salários, mantendo o arrocho.

Trata-se, tão somente, de usar uma velha arma política tradicionalmente eficaz: manter a iniciativa e controlar a aplicação dos planos políticos, etapa por etapa.

Ao lado disso, e enquanto a crise econômica se avoluma, cuida ainda o governo de remodelar sua imagem junto ao povo, adequando-a à propaganda da "abertura democrática": o general Figueiredo agora é simplesmente João, faz ginástica e exhibe um porte

atlético, tira fotos oficiais sorridente e toma táxi como qualquer mortal.

Frente a essa estratégia, a oposição se divide. Entre os emedebistas, há os que já aderiram e os que ainda insistem que a discussão de novos partidos vai destruir a unidade da oposição (que o caso da indicação do prefeito de São Paulo provou já não existir). Para uns e outros, indiferentemente, trata-se de deixar a iniciativa nas mãos do governo.

Para a oposição popular, que o governo tenta cada vez mais isolar, se coloca, mais do que nunca, um objetivo fundamental a ser conquistado: a articulação maior e efetiva entre os movimentos que integra e a construção agora de um partido político que a represente.

ANISTIA

A velha conta de dividir para melhor reinar

O projeto de anistia restrita do governo já tem uma data solene para ser transformado em lei: o 7 de setembro, dia da Independência, quando então já terá passado pela apreciação do Congresso Nacional, prevista para o mês de agosto.

Com apenas oito artigos, o projeto classifica os que devem e os que não devem ser beneficiados pela anulação das punições políticas efetivadas no período que vai de 2 de setembro de 1961 até 31 de dezembro de 1978. E exclui, em primeiro lugar, os «condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal». Para, em seguida, conceder anistia aos que «cometeram crimes políticos ou conexos com estes», considerando como conexos «os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política», o que, em palavras mais claras, significa abrir condições para também anistiar os torturadores e integrantes de órgãos da repressão, que escapariam assim dos tribunais sob a alegação de que cometeram atos conexos a um crime político.

Mais adiante, o projeto prevê que os «servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados poderão nos 120 dias seguintes à publicação desta lei requerer o seu retorno ao serviço ativo». Mas completa, em parágrafo posterior, esclarecendo melhor o benefício, que esses servidores deverão ocupar os mesmos postos que tinham

antes da punição, não receberão qualquer indenização ou forma de pagamento atrasado, e serão reintegrados a seus cargos desde que haja vagas e interesse da administração em readmiti-los em seus postos.

Dividindo a oposição

Para o presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, o advogado Luís Eduardo Greenhalg, o governo foi pressionado pelo avanço do movimento pela anistia a tomar essa medida, mesmo que parcial. Mas, ao fazê-lo, pretendeu na verdade uma manobra política de grande vulto «com o objetivo de ganhar tempo, de dividir a oposição e de restringir a efetiva concessão da anistia, pois ao dividir os beneficiários quis dividir também a sociedade brasileira entre os favoráveis e os contrários a uma anistia ampla».

Ao excluir do benefício os condenados por assaltos, sequestros e atentados pessoais, o governo, continua Luís Eduardo, deliberadamente se esquece que «foi o próprio regime, através do arbítrio, da repressão e da tortura e do fechamento dos canais de participação política que jogou parte da oposição no caminho das ações armadas». E que, certos ou errados, eles combateram com os mesmos objetivos do resto da oposição de conquistar um regime democrático e popular». Dessa forma, completa, se concedesse anistia a esses punidos, o governo teria necessariamente que



admitir que também praticou a violência armada, definindo esses cidadãos anistiados como combatentes. «É mais interessante para o governo dizer que eles simplesmente eram terroristas, separando-os desse modo do resto da oposição brasileira, provocando assim a divisão».

Longe dos tribunais

Além do interesse em conseguir uma divisão entre a oposição, o projeto de anistia deixa clara uma outra intenção, tão importante quanto a primeira. Ao conceder anistia aos torturadores, o governo escapa da possibilidade de sentar no banco dos réus, escondendo assim da nação o período negro da repressão, onde militantes políticos desapareciam sem deixar rastros ou eram simplesmente mortos na prisão, como o jornalista Wladimir Herzog e o operário Manuel Fiel Filho.

Mas há ainda uma terceira vantagem com a qual o governo conta no projeto, bem exemplificada pela forma como serão beneficiados os funcionários civis e militares punidos. Eles readquirem seus direitos políticos cassados, mas a iniciativa de devolvê-los aos cargos que ocupavam cabe tão somente ao governo, através da direção das instituições em que trabalhavam. Dessa forma, o governo poderá estudar os casos individualmente e decidir por esta ou

aquela reintegração, segundo seus próprios interesses políticos.

Essa mesma forma de preservar a iniciativa no que diz respeito à integração dos punidos na vida nacional aparece quando o governo promete rever os processos dos não beneficiados com o projeto de anistia, ou mesmo conceder indulto a eles daqui a algum tempo. Da mesma forma que acontecerá com os funcionários, essas concessões seguirão o trajeto da avaliação individual de cada caso.

Conciliação Nacional?

Com todas essas restrições, parece no mínimo estranha a tentativa do governo de defender o projeto da anistia como um ato de «conciliação nacional», usando para isso o fato de que só foram excluídas da medida 195 pessoas. É bom lembrar que esses 195 condenados por ações armadas foram os que restaram na prisão ou no exílio, e evidentemente são poucos se comparados a todos os perseguidos arbitrariamente nesses quinze anos, aos que desapareceram ou foram mortos.

E, por fim, mesmo para os beneficiados com a anistia, a reintegração à vida política depende ainda da boa vontade do governo e da existência limitadora de uma legislação arbitrária e do próprio aparelho repressivo que continua em ação.

OS ADESISTAS

Estes são os 23 deputados do MDB que votaram a favor da indicação de Reynaldo de Barros:

Agenor de Matos, Antonio Carlos Mesquita, Benedito Campos, Célio dos Santos, Edson Real, Edson Tomás de Lima, Emílio Justo, Ivan de Ávila, Jihei Noda, José Bustamante, José Silveira Sampaio, Manoel Sala, Marcos Cortes, Milton Baldocchi, Nodeci Nogueira, Oscar Yazbeck, Osvaldo Doreto Campanari, Reginaldo Valadão, Sérgio Morinaga, Teodosina Ribeiro, Vicente Botta, Valter Auada e Valter Mendes.

ram, desde o início das discussões, a realização de eleições diretas para a escolha do prefeito de São Paulo.

Autênticos

Segundo o deputado Fernando Moraes, «desde que fechamos questão contra a aprovação de prefeito indicado defendi a rejeição de qualquer nome, pois achava que o impasse decorrente da rejeição tinha de ser devolvido ao governo, que eliminou a eleição direta, e não ser resolvido pela Assembléia Legislativa».

Para Fernando Moraes, se o MDB tivesse rejeitado o prefeito biônico, «estariamos forçando o regime ditatorial a encontrar uma saída se quisesse trocar o Setubal pelo Reynaldo, pois nós, da oposição, íamos criar um fato político, acuando o sistema. Defendi também a tese da rejeição lembrando que era indiferente entrar Reynaldo ou permanecer Setubal: apenas terminaria o ciclo dos banqueiros e começaria o ciclo dos empreiteiros, pois o sr. Reynaldo de Barros nada mais é do que um instrumento da maior firma empreiteira deste continente, que é a Camargo Corrêa».

Já o deputado Marco Aurélio Ribeiro afirma que a «nossa posição sempre foi a de defesa intransigente do ponto programático do partido, por eleições diretas e de forma alguma poderíamos aprovar o nome indicado para prefeito da Capital. Mas, contrariando a vontade do povo, 23 deputados votaram a favor, defendendo os interesses do governo».

Reação

A reação contra os «adesistas» do MDB surgiu dois dias depois da aprovação do prefeito biônico, quando na convenção partidária de 1º de julho, os integrantes dos diretórios distritais e municipais do MDB expulsaram do plenário da Assembléia Legislativa os deputados Manoel Sala e José Camargo, considerados «Malufistas» e «traidores da oposição».

Nessa mesma convenção aprovou-se um documento que, entre outras coisas, diz o seguinte:

«O governo federal e os governos estaduais encontram nos adesistas, nos conciliadores e nos falsos oposicionistas, os principais aliados para bloquear e impedir o avanço da luta pela democracia. E não são poucos os exemplos de fervorosos adesistas que posam de oposicionistas, até mesmo a nível de direção do partido».



Fotos: Ricardo Malta

Contra os autênticos do MDB, Maluf passa o seu prefeito

Muita corrupção e os votos de 23 deputados adesistas do MDB conduzem Reynaldo de Barros à Prefeitura de São Paulo.

São Paulo ganhou este mês um novo prefeito: o biônico Reynaldo de Barros, empresário e fazendeiro, representante das grandes empreiteiras, e acionista da poderosa Camargo Corrêa, indicado pelo governador Paulo Salim Maluf para substituir o banqueiro Olavo Setubal, também biônico, nomeado para a Prefeitura Municipal quatro anos atrás.

Em fevereiro deste ano, a bancada estadual do MDB decidiu não apreciar a indicação do governador Paulo Salim Maluf enquanto não fosse votada, no Congresso Nacional, a emenda do senador Mauro Benevides, que previa o restabelecimento de eleições diretas para os prefeitos das capitais. E, ao mesmo tempo, iniciou uma campanha popular - com coleta de assinaturas e pequenos comícios - pela realização de eleições diretas para prefeito.

Apesar de a campanha por eleições diretas ter obtido, no seu início, significativa adesão popular e, em apenas uma semana, coletado mais de 100 mil assinaturas nas ruas e bairros de São Paulo, ela acabou não indo adiante. Segundo o deputado Fernando Moraes, «a campanha fracassou porque foi mal conduzida, não teve coordenação e faltou apoio da direção partidária».

Para o deputado Marco Aurélio Ribeiro, dois fatores impediram o sucesso da campanha: «Primeiro, porque os velhos caciques do partido não tinham interesse em levar a campanha em frente e, segundo, porque a campanha estava sendo tocada pelos deputados vinculados com as lutas populares, e, com o surgimento das greves, esses deputados passaram a atuar

em apoio aos grevistas e não tiveram quase nenhum tempo para continuar se dedicando à campanha».

Corrupção

Nesse meio tempo, deputados estaduais do MDB passaram a sofrer pressões e a receber ofertas vantajosas do governo para aprovarem o nome indicado por Salim Maluf. O deputado José Yunes denunciou, da tribuna da Assembléia, vários colegas de partido, entre estes o vice-presidente do Diretório Regional, José Camargo, de estarem «comprando» votos por 20 milhões de cruzeiros. E, antes mesmo do assunto ser colocado em votação, na Assembléia, vários deputados do MDB já tinham declarado, publicamente, que eram favoráveis à indicação.

Assim, quando o governador Salim Maluf encaminhou à Assembléia de São Paulo a indicação do novo prefeito, na última semana de junho, depois do arquivamento da emenda Benevides pelo Senado, por uma manobra da Arena, já tinha a certeza de que o nome de Reynaldo de Barros seria aprovado com os votos da Arena e do MDB.

Os deputados do «grupo autêntico» do MDB ainda tentaram convencer a bancada da oposição, em maioria na Assembléia, de que o nome indicado por Maluf deveria ser rejeitado, já que o partido defende, em seu programa, a luta pelo restabelecimento de eleições diretas em todos os níveis (prefeitos, governadores e presidente da República).



Reynaldo de Barros



Fernando Moraes e Marco Aurélio

Finalmente, na noite de 29 de junho, o nome de Reynaldo de Barros foi aprovado, por 49 votos: dos 26 deputados da Arena e de 23 deputados «adesistas» do MDB.

Votaram contra a indicação 30 deputados do MDB, quase todos do «grupo autêntico» e que defende-

UMA DITADURA ESTÁ MORRENDO

Nos próximos dias, ou este mês ainda, é provável que o mundo assista, finalmente, à queda do regime do ditador Somoza que, com sua família, dominou a Nicarágua durante 42 anos

«A Guarda Nacional não tem mais condições, hoje, de vencer a Frente Sandinista, pois com os sandinistas está o povo. É verdade que para Somoza não importa quantos vão morrer, nem que vai morrer. Para manter-se no poder ele é capaz de tudo ainda. Ele acredita que a Nicarágua é seu "patrimônio".»

Esta afirmação foi feita pelo ex-coronel da Guarda Nacional de Somoza, Bernardino Larios, que em agosto do ano passado foi preso e torturado, e depois afastado da Guarda Nacional, acusado de organizar um plano para derrubar o ditador Anastácio Somoza Debayle, que governa a Nicarágua.

O ditador Anastácio Somoza é dos últimos representantes de uma família que está no poder na Nicarágua há, simplesmente, 42 anos. Os primeiros passos desse domínio foram dados a partir de 1º de janeiro de 1933, quando o pai de Somoza, Anastácio Somoza García, assumiu o comando da Guarda Nacional.

Nesse pequeno país da América Central, de 130 mil quilômetros quadrados e atualmente com 2 milhões e meio de habitantes, a família Somoza se considerou estes anos todos, exatamente como definiu o ex-coronel da Guarda Nacional; proprietária da Nicarágua. E não só se considerou nessa condição, mas, de fato, através da repressão e da perseguição a todos quantos se aventuraram declarar-se em oposição a eles, conseguiu erguer um verdadeiro domínio, controlando inúmeras propriedades e bens, roubando aos nicaraguenses o mínimo de seus direitos, e corrompendo os demais funcionários que lhes serviam. Entre estes, evidentemente, a Guarda Nacional, as forças armadas da Nicarágua, que contribuíram para a manutenção, nesses quarenta anos, da ditadura somozista.

Enfim a crise

Atualmente, porém, o mundo inteiro assiste ao fim do somozismo na Nicarágua, ao presenciar, nos filmes da televisão e nos jornais, o desenrolar de uma guerra entre guerrilheiros sandinistas ajudados pelo povo e soldados da Guarda de Somoza. Assiste ao fim do somozismo porque, de fato, um ditador nicaraguense já é, praticamente, um tirano derrotado. Embora se recuse a renunciar, ele está perdendo, dia a dia, para os guerrilheiros sandinistas, para a oposição, e para o povo enfim, o controle do país. É mais cedo ou mais tarde, querendo ou não, se verá obrigado a deixar o governo e fugir do país, caso, aliás, tenha tempo.

O começo dessa crise, que hoje se transformou em guerra civil na Nicarágua, se deu em janeiro do ano passado, quando o líder opositor Pedro Joaquín Chamorro foi assassinado, ao que tudo indica, por agentes a mando de Somoza. A partir de então, o protesto e o desacordo do povo nicaraguense contra a ditadura de Somoza se fizeram mais

permanentes, e ganharam a característica de luta aberta e contínua contra o regime.

Nessa luta, destacou-se como força organizada de combate a conhecida Frente Sandinista de Libertação Nacional — FSLN. Esta Frente, o polo do conflito armado contra a ditadura Somoza, que desfruta do apoio dos nicaraguenses e já mantém, hoje, o controle de todo o norte do país, se compõe de diversas tendências políticas opositoras da Nicarágua, e dispõe de um número significativo de militantes. O nome que usam — sandinistas — teve inspiração em Augusto Sandino, um outro líder opositor assassinado pelo pai do atual Somoza, nos anos 30.

Um governo se prepara

Do lado de fora da Nicarágua, no país vizinho Costa Rica, se prepara, por outro lado, o Governo de Reconstrução Nacional (GRN), composto de cinco membros representativos das tendências opositoras existentes no país, e que tem um projeto democrático de governo para realizar, após a vitória sobre o regime de Somoza.

Além do trabalho do GRN, o que mostra com segurança a queda inevitável e próxima de Somoza e seu regime, na Nicarágua, é o fato de a maioria dos países da América Central e América Latina ter rompido relações com o governo de Somoza, ou decidido não colaborar — fornecendo-lhe armamentos e recursos — para resolver o conflito. Com isso, militar e politicamente, a ditadura de Somoza está isolada.

O que resta, agora, é a tentativa insistente dos EUA (Estados Unidos da América) de influir sobre o fim do conflito armado, tentando determinar a composição do Governo de Reconstrução Nacional.

Os Estados Unidos, como a grande potência do continente, temem que em sua vizinhança se instale um governo avesso a seus interesses e rebelde às suas orientações políticas. Em outras palavras, não desejam uma nova Cuba na Nicarágua.

Os membros do GRN, porém, já demonstraram sua disposição firme de manter a autonomia nas decisões sobre o governo futuro da Nicarágua. Exemplo disso foi a recusa que apresentaram às propostas antigas dos Estados Unidos, que pretendiam constituir na Nicarágua um somozismo sem Somoza. Ou seja, defendiam a saída do ditador do poder, mas a continuidade do regime, através da permanência de seus representantes.

Mais recentemente, essa mesma disposição foi recolocada, quando os Estados Unidos «sugeriram» a introdução, no GRN, de mais cinco membros, todos considerados de posições moderadas em relação a Somoza, e muito simpáticos aos EUA. E um porta-voz do GRN explicou: «A Nicarágua é o nosso país e os norte-americanos não podem nos dizer como devemos formar o nosso governo».



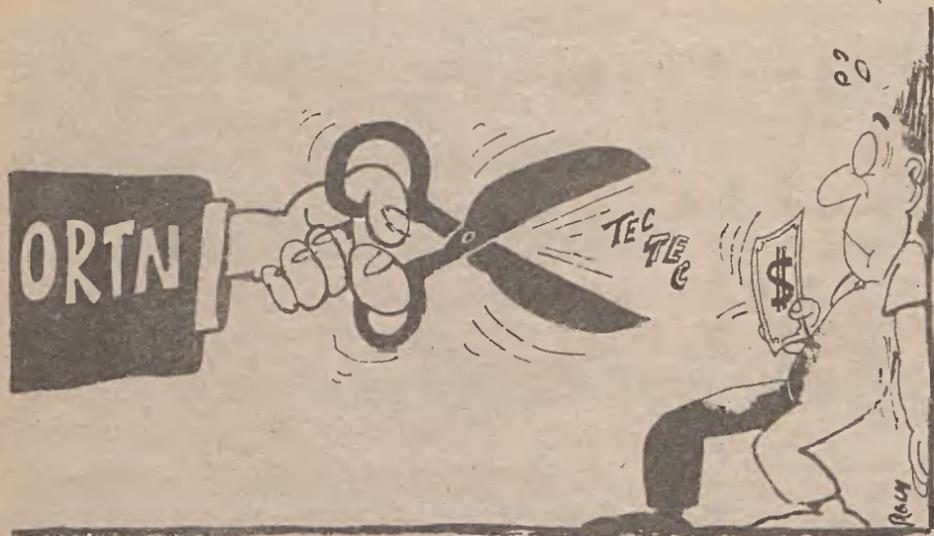


Foto: Nair Benedicto

Reajustes

Se ensaia novo tipo de arrocho

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, pretende concluir até o final deste mês um projeto de lei que modifica a atual política salarial do governo, para enviá-lo ao Congresso Nacional, provavelmente em agosto, e submetê-lo à apreciação dos parlamentares.

Entre as modificações que ele planeja para essa política salarial, uma, pelo menos, será com certeza motivo de muita discussão e desacordo: a que prevê o cálculo do reajuste dos salários com base nas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Essa proposta inclui o reajustamento mais frequente dos salários — de quatro em quatro meses, ou de seis em seis meses — ao invés de apenas uma vez por ano, como tem sido até agora, mas tomando o índice das ORTN como cálculo e não o aumento do custo de vida.

Embora se diga que os ministros da área econômica já chegaram a um acordo a respeito dessa mudança dos reajustes, tem-se como certo, desde já, que tal proposta desinteressa plenamente aos trabalhadores assalariados. Porque, ao contrário de oferecer-lhes uma perspectiva de ganhos salariais, no mínimo de acordo com os aumentos do custo de vida, ela proporciona, isto sim, a queda mais frequente, ainda, do poder de compra dos salários.

O que é a ORTN

As ORTN, que serviriam de base para o cálculos dos reajustes, são valores corrigidos periodicamente. Seu percentual é composto, por um lado, pelo índice de correção monetária - um índice formulado para repor 80% da inflação medida nos preços do atacado. Os 20% restantes do percentual da ORTN estão baseados numa taxa fixa de 15% de inflação.

As duas desvantagens

O economista do Dieese Valter Barelli, lembra os dois problemas imediatos que esse cálculo representa. Em primeiro lugar, ele diz, os 80% do índice das ORTN são calculados sobre o aumento dos preços no atacado.

Com isso, o trabalhador já sai perdendo, porque evidente que os preços no varejo, que é onde ele vai comprar o que precisa para viver, sobem mais que no atacado, e o reajuste de seu salário, portanto, deveria ser calculado sobre o aumento dos preços do varejo.

Os outros 20% do cálculo das ORTN supõem uma inflação de 15% ao ano. É outra desvantagem para o trabalhador, diz Barelli, pois estamos vendo que a inflação anual está em torno de 45 a 50%, e nunca em 15%.

Para se ter uma idéia da diferença que existe, portanto, entre o índice das ORTN e o aumento real do custo de vida, basta verificar que enquanto a ORTN aumentou 38,33% entre maio de 78 e maio de 79, o custo de vida atingiu nesse mesmo período os 44,68%.

Essa diferença, os ministros afirmam, seria reposta nos salários dos trabalhadores quando eles fossem negociar o aumento anual da data-base com os patrões. Ai então, é claro, eles só conseguiriam ganhar a diferença se tivessem condições de pressionar efetivamente os patrões, através de paralisações, greves, etc.

Abaixo do custo de vida

O que é mais grave, porém, é que até chegar a data-base o trabalhador vai ter seus salários reajustados abaixo do custo de vida.

Os ministros se desculparam por essa desvantagem, afirmando que os reajustes periódicos não podem ser calculados sobre o aumento real do custo de vida porque com isso os salários reajustados terminariam provocando mais inflação.

Para mostrar o absurdo deste argumento, Valter Barelli lembra que "durante os últimos 15 anos os salários foram reajustados sempre abaixo do índice inflacionário. E isso não importou na diminuição da inflação. Pelo contrário, ela continua, e está aumentando".

Por outro lado, acrescenta Barelli, o mais importante é que o trabalhador não pode perder. E ele sabe disso. "E para ele não perder, os reajustes devem ser calculados sobre o aumento do custo de vida. E além disso, para que sua situação salarial melhore, ele deve lutar por aumentos bem maiores do que o índice de inflação".

Em outras palavras, os trabalhadores devem reunir meios de pressionar o Congresso, para derrotar essa proposta de reajuste pelas ORTN, caso ela seja apresentada. E se perderem essa parada, devem se preparar para vencer os patrões na mesa das negociações, quando chegar o momento do acordo sobre a diferença entre os reajustes periódicos e o total da inflação.

Eletricitários

A GREVE ADIADA

Sob ameaças do ministro do Trabalho, Murilo Macedo de punição pela lei de greve, caso a categoria não aceitasse a proposta de aumento da Light e parasse o trabalho, os eletricitários de São Paulo acabaram por abandonar a reivindicação de 30% de aumento salarial e aceitaram em assembleia realizada no último dia 7, a proposta da empresa de dar 15% de antecipação e 5,5% de aumento salarial para quem ganha até cinco salários mínimos.

Os eletricitários de São Paulo — trabalhadores das indústrias de energia elétrica — e que ganham salários médios de 5 mil cruzeiros, são atualmente 20 mil, porém a área de operações da Light, empresa que concentra a quase totalidade da categoria, abrange São Paulo, Rio e cidades do vale do Paraíba.

No ano passado, a área de produção e fornecimento de energia elétrica foi incluída no decreto 1632 do governo federal como atividade essencial, na qual a greve é considerada ilegal. Apesar disso, durante a campanha pelos 30% de aumento, a opinião geral da categoria era de que com a força de pressão de que dispunham era possível ir à greve.

Um quadro dramático

O governo, entretanto, não ficou apenas nas ameaças. O diretor de Operações da Light, Artur Cohen, usou a imprensa para traçar um quadro dramático das paralisações que viriam com a falta de energia elétrica nos hospitais, metrô, controle de trânsito e outras áreas, procurando colocar a população contra os eletricitários.

Contou a Light, ainda, com um aliado importante, o presidente do sindicato da categoria, Antonio Rogério Magri, que era contrá-

rio à deflagração da greve, e que conduziu as discussões com a categoria com o objetivo de impedir a paralisação. Para, finalmente, na última assembleia da campanha, ao perceber que eram muitos os que queriam a greve, provocar um tumulto que terminou com duas pessoas feridas e com a aprovação maciça de sua proposta, semelhante à da Light.

Contra a diretoria

Inconformados com o encaminhamento da votação, muitos eletricitários presentes à assembleia, embora achassem arriscado ir à greve, eram contrários à forma pela qual a diretoria do sindicato procurou intimidar a categoria. Everaldo Moraes Falcão, trabalhador do setor de Operação, contestou a justificativa levantada por Magri de que a greve causaria o caos e colocaria a população contra a categoria: "Tudo depende de como nós nos organizamos. Se fosse feito um sistema de rodízio, por exemplo, nos setores realmente essenciais, e se a área administrativa parasse, isso já seria um uma forma eficiente de pressão. Acho que ainda não temos condições de manter uma greve dessas, mas discordo de como o Magri conduziu as assembleias: com o objetivo de fazer aprovar a proposta da Light, sem dar a mais ninguém a possibilidade de falar".

Apesar de descontentes com o aumento recebido, os eletricitários acreditam, entretanto, que em janeiro, quando vier o dissídio, a categoria terá maiores possibilidades de ser vitoriosa, pois, como afirma o operário José Gomes de Figueiredo, da seção de Alta Tensão, «nós não estávamos acostumados a lutar por nada; só agora é que estamos perdendo o medo, aparecendo no sindicato, discutindo a nossa situação».



Foto: Nair Benedicto

Solução da Prefeitura não agrada favelados

No dia 1º de agosto, moradores de várias favelas de São Paulo pretendem levar ao prefeito suas reivindicações de direito à moradia, água e luz, cobrando daquele órgão público providências prometidas pela administração de Olavo Setubal que até agora não foram realizadas.

Essa decisão surgiu de uma assembléia realizada no dia 6 de julho, na Igreja de São Judas, no Jabaquara, onde estavam presentes representantes de quinze favelas de várias regiões da cidade. Reunidos em grupos de dez pessoas, os moradores discutiram a situação de sua luta e acabaram por decidir voltar à Prefeitura para reclamar.

Promessas

A primeira visita à Prefeitura, que contou com 2.000 favela-

dos, foi no dia 7 de março, quando Setúbal aceitou discutir apenas com uma comissão de dez moradores e prometeu estudar os problemas apontados pelos favelados, acentuando que a questão da instalação da luz seria resolvida em breve através da interferência da Prefeitura junto à Light.

No dia 30 de abril, como nada acontecesse, os favelados voltaram novamente ao prefeito, exigindo o cumprimento de suas promessas, e ouviram dele que o problema da luz já estava resolvido, bastando que cada um encaminhasse individualmente seu pedido de instalação à Light. E que a questão da moradia e da água seriam solucionadas assim que fosse criado esse órgão especial para estudar esse tipo de problema, o Fundo de Atendimento à Habitação Sub-Normal.

Com efeito, meses depois o Fundo foi criado por decreto municipal, prevendo a arrecadação de verbas para compra de terrenos e construção de casas para os favelados.

Sem os interessados

Mas para os moradores ele já nasceu falido, pois em sua coordenação não estão representados os principais interessados no problema, ou seja, os favelados. Ela é formada por representantes da Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), órgão da Prefeitura, e por um conselho de secretários de Administrações Regionais. O decreto previa, para salvar as aparências, a presença ainda de dois favelados na coordenação, escolhidos em assembléia de pelo menos mil pessoas, um entrave muito difícil de ser su-

perado nesse início de movimento. Além disso, os moradores contestam também a própria eficiência do Fundo que foi criado como «experiência» e em apenas quatro administrações regionais.

Quanto ao problema da luz, os favelados também se queixaram da solução dada por Setubal. Apesar de, seguindo as orientações do prefeito, terem encaminhado individualmente seus pedidos de instalação, os moradores obtiveram apenas negativas da Light, que alegou problemas técnicos e falta de autorização dos administradores regionais para a instalação da luz. O que, pelo menos, se constituiu uma experiência a mais para os favelados, que daqui pra frente, pretendem não aceitar mais soluções individuais para seus problemas.

LEITE C

Mais magro para engordar os usineiros

Apesar dos protestos da população e das críticas dos nutricionistas, o leite tipo C começou a ser vendido a partir de 1º de julho com 1% a menos de gordura e com preço mais caro: de Cr\$ 6,10 passou para Cr\$ 7,00 o litro.

Mas essa modificação não será visível ainda à população que está comprando o leite com embalagem antiga, onde vem escrito: «Leite C-3%». Apenas quando acabarem os estoques de embalagem do produto — só a Vigor tem estocadas 80 toneladas de saquinhos plásticos, o que provavelmente ainda durará alguns meses — é que o consumidor encontrará a inscrição que corresponde à mudança já feita: «Leite Magro-2%».

Com essa redução do teor de gordura do leite, feita para tentar superar a crise atual de abastecimento do produto, a principal prejudicada será mais uma vez a população. Além da perda das calorias da gordura suprimida, o comprador estará também deixando de consumir cerca de 33% de vitamina A DeK, que se encontram dissolvidas na gordura do leite, redução particularmente grave para as crianças pobres de zero a um ano, que tem no leite C sua principal fonte de alimentação.

A falta de vitamina A origina cegueira noturna, feridas na pele e desenvolvimento anormal dos dentes. A vitamina D, fator de muita importância para o crescimento infantil, se não consumida suficientemente pode provocar raquitismo e crescimento irregular pelo amolecimento dos ossos. A falta de vitamina K, responsável pela coagulação do sangue, predispõe o organismo a hemorragias.

Sem compensação

É claro que a redução no consumo dessas vitaminas através do leite menos gorduroso pode ser compensada de outras formas. Os adultos e crianças maiores de um ano encontram, por exemplo, em alimentos como a cenoura, os ovos, o fígado, a manteiga e as verduras, boa fonte de vitamina A. Para compensar a falta de vitamina D, o remédio é

tomar sol. Espinafre, fígado e tomate são ricos em vitamina K.

Essa solução seria simples se o salário das classes mais pobres pudesse comprar em maior quantidade esses alimentos substitutos. Mas, na realidade, o que vai acontecer é que, não sendo possível essa solução, a redução da gordura do leite C vai prejudicar mesmo a saúde já tão precária da população, que deixará de consumir a quantidade necessária dessas vitaminas.



tomar sol. Espinafre, fígado e tomate são ricos em vitamina K.

Essa solução seria simples se o salário das classes mais pobres pudesse comprar em maior quantidade esses alimentos substitutos. Mas, na realidade, o que vai acontecer é que, não sendo possível essa solução, a redução da gordura do leite C vai prejudicar mesmo a saúde já tão precária da população, que deixará de consumir a quantidade necessária dessas vitaminas.

Quem paga pela crise

Apesar de conhecer os danos causados à saúde da

população, o governo e os empresários acreditam que a solução dada ao problema do leite é a única forma de evitar a crise atual de abastecimento do produto, que gira em torno da falta de 300 mil litros de leite diários para fornecer ao consumo, calculado em cerca de 1 milhão de litros diários. Essa diminuição da oferta de leite, normal na entressafra, foi agravada por causa das geadas e a forma de abastecer o mercado é usar leite em pó. Para isso, entretanto, é preciso reidratar o leite em pó, utilizando os 1% de gordura retirados do leite C.

A reidratação poderia, no entanto, ser feita através do uso da manteiga, processo utilizado tradicionalmente. Mas o governo não quer comprar manteiga no exterior e não temos manteiga nacional em quantidade suficiente para essa utilização.

A explicação para a falta da manteiga vem do fim do ano passado, quando os grandes produtores de leite tinham um estoque de 10 mil toneladas de manteiga que só poderiam conservar em frigoríficos se o governo lhes desse financiamento para isso. O governo recusou-se a conceder o financiamento e os usineiros trocaram a manteiga por leite em pó francês, que chegou ao Brasil justamente na época da safra. Para pressionar o governo a lhes conceder então financiamento para estocar o leite em pó, os grandes produtores passaram a não comprar o leite excedente dos pequenos pecuaristas, que se viram obrigados a jogar leite fora. Por isso, as manchetes dos jornais do começo do ano anunciavam: «Leite jogado aos porcos».

Com essa pressão, finalmente, o governo concedeu o financiamento que os grandes produtores queriam para estocar o leite em pó (cerca de 2 bilhões de cruzeiros).

A conclusão da história só podia ser a que temos hoje. Chegou a entressafra, vieram as geadas, faltou o leite, havia leite em pó estocado, mas a manteiga já tinha sido vendida. E a solução foi tirar a gordura do leite C para reidratar o leite em pó. Evidentemente às custas da saúde da população.



ENCONTRO DE SAÚDE

Nos dias 14 e 15 de julho, na Câmara Municipal de São Paulo (Viaduto Jacareí, 100) haverá um Encontro Popular de Saúde, onde diversas comunidades de bairro estarão discutindo os problemas que enfrentam nessa área.

O Encontro terá início às 9 h. de sábado e até o fim da tarde de domingo, as atividades serão as seguintes: depoimentos populares sobre o problema de saúde da população; mesa redonda sobre «Saúde e Sociedade»; seminários; plenária geral e exibição do filme «Um Caso Comum», produzido pela Pastoral da Saúde da Zona Leste II.

OLHA COMO ESTÁ A BARRA

Somos um jornal pequeno, mas orgulhoso. Independente. Que não vive às custas de nenhum político, nem de órgãos públicos, nem de empresas. Quem sustenta o jornal é o leitor.

As notícias têm sempre um ponto-de-vista: o do trabalhador, nosso personagem principal.

POR ISSO CONTAMOS COM VOCÊ, LEITOR. DIVULGUE O JORNAL DA VILA! COLABORE NA DISTRIBUIÇÃO DO JORNAL.

Curso de Madureza AVANTE

Inscrições de 23 a 27 de julho a partir das 20 horas.

Igreja Santa Ângela — Praça Santa Ângela, 22 - Vila Moraes.

Forró e Sambão de lançamento do Sub-Comitê de solidariedade aos grevistas e demitidos — Região do Ipiranga e Saúde



DIA 21 DE JULHO DE 1979 — 19H.

Rua dos Coqueiros, 40-A — Parque Bristol
O convite custa Cr\$ 10,00 e dá direito a uma batida de limão
Ônibus: JARDIM CLIMAX — Praça da Árvore, nº 4727
PARQUE BRISTOL - Praça da República, nº 4634 - (descer no ponto final)

Venha participar

O Centro Cultural da Vila Santa Catarina é um local para discussão com os moradores dos bairros da região sobre suas reivindicações, promove atividades culturais e de lazer, possui serviço de assistência jurídica, cursos de alfabetização e de legislação trabalhista.

Informações: todas as noites, a partir das 19h30. Rua Panamá, 663 - Vila Santa Catarina



Festa Bahiana

29 DE JULHO

Comemoração do Dia da Independência da Bahia

Promoção do Centro Cultural da Vila Santa Catarina, Rua Panamá, 663.

Programação: Teatro, Capoeira, Música Popular. Encenação: «História do Brasil». Preço: O casal paga 50 cruzeiros e tem direito a dois vatapás, 1 acarajé, 1 caipirinha e confeitos.

JOSAFÁ CREAÇÕES
INDÚSTRIA DE MODAS JEANS
vendas
NO ATACADO, VAREJO E SOB MEDIDA.
FÁBRICA: Rua Dr. Odilon, 191 Vila Brasilina - São Paulo

REAL CONTABILIDADE
Contabilidade, assuntos fiscais, aberturas, transferências, encerramentos, contratos, distratos, imposto de renda.
Rua Evolução 841, salas 6 e 8 - V. Moraes.
Fone: 63-4675

EXPEDIENTE
O JORNAL DA VILA é uma publicação da Editora Caraguatá Ltda., Redação e Administração: Av. do Cursino, 3861 s/4 (V.Moraes)
Diretor Responsável: Lais Furtado Tapajós — MTPS 10.545 SJPEP 4945.
Composição e Impressão: Empresa Jornalística AFA Ltda. Av. Liberdade, 704 — São Paulo.

Você precisa de advogado?
O Centro Social do Jardim Climax está fornecendo serviços de advogados, para todo tipo de caso, aos sábados, das 14 às 17hs. Sem fins lucrativos. Av. Pe. Arlindo Veira, 2063 sala 1.

ESCOLA DE CABELEIREIROS ELZA
PROMOÇÃO DE ANIVERSÁRIO Matricule-se agora e ganhe sensacionais descontos!
temos SAUNA OZONIZADA. TRATAMENTO DE ESTÉTICA FACIAL, MANICURE, PEDICURE, LIMPEZA DE PELE, MAQUIAGEM, etc.
Horários: manhã, tarde, noite.
Av. N. Sra. das Mercês, 1346 ou 1386 Vila N.Sra. das Mercês

ESCRITÓRIO CONTÁBIL MS
Temos a satisfação de comunicar que já estamos recebendo dos Srs. contribuintes as Declarações do Imposto de Renda, com **DESCONTOS ESPECIAIS** para os funcionários de empresas do Bairro.
Fazemos também quaisquer serviços de **DESPACHANTE** junto ao DETRAN e à Secretaria de Segurança Pública, DOPS, Forum, além dos demais serviços costumeiros de contabilidade a preços módicos.
FAÇA-NOS UMA VISITA SEM COMPROMISSO
Av. N. Sra. das Mercês, 669 — Fundos Vila das Mercês

anuncie no Jornal da Vila
BOX AUTORAMA
Loja com pista de competição — equipamentos nacionais e importados.
Rua Silva Bueno, 1105 — Ipiranga
Escola de datilografia BOM MESTRE
CURSOS de 1 a 12 meses
Rua Evolução, 841 1º andar s/5 V. Moraes

Comércio de Máquinas SOBERANO Ltda.
Balcões frigoríficos para: bares, açougues, supermercados, avícolas, etc.
Balanças - Cortador de Frios - Estufas - Vitrines - Cafeteiras - Churrasqueiras - Espremedor de Frutas - Fogões Industriais - Assadeiras de Frangos e Caixas Registradoras.
Rua Vergueiro, 6662 Ipiranga
Fone: 63-4675





Fotos: Ricardo Malta

TONICO E TINOCO

Para milhões de corações brasileiros

O Teatro Municipal ficou lotado, no começo do mês para ver Tônico e Tinoco, a dupla sertaneja mais querida do Brasil. Eles estão juntos há trinta e sete anos, já gravaram cinquenta discos, mantêm até hoje dois programas de rádio com uma das maiores audiências do país, continuam cantando em feiras pecuárias, festas de peão, pequenos circos espalhados pela periferia de São Paulo e pelo interior e recebem por semana uma média de cem cartas de admiradores, às quais respondem atenciosamente uma por uma: gente que pede músicas preferidas, fotos, dinheiro, radinhos de pilha para ouvi-los, conselhos de vida e que convidam os dois para serem padrinhos de casamentos e batizados.

“Nessa atenção aos fãs é que está muito do nosso sucesso, explica Tônico, porque os outros artistas nem respondem às cartas. Então a pessoa escreve uma vez, escreve duas e se não tem resposta, perde o interesse pelo artista. Tem uma senhora de Júlio de Castilho, no Rio Grande do Sul, que escreve toda semana para nós, desde o começo da nossa carreira, já faz trinta e dois anos”.

Saudade do interior

No dia do ensaio do espetáculo no Municipal, a portaria do teatro ficou sem ninguém, o serviço de limpeza parou e porteiros, faxineiros, funcionários foram todos ao palco ver Tônico e Tinoco cantar. «Gosto dele», comentava a faxineira Celina. «Eu queria que eles cantassem aquela moda, «Corintiana». O dia que eu ouvi eles cantando isso num circo, na minha cidade, eu olhei assim para o meu marido e comecei de repente a gostar dele. E estou vivendo com ele faz dezessete anos. Eu nunca mais me esqueci disso, nem do Tônico e Tinoco». O carpinteiro Luís comenta meio de lado, amassando seu cigarrinho: «Eu passei toda a minha vida de menino correndo pela fazenda, mexendo com boi, com peão. Hoje, quando eu viajo — um cunhado meu tem carro — a primeira coisa



que eu faço é botar Tônico e Tinoco no toca-fitas».

Fiéis ao «jeitão tradicional»

Nas excursões da dupla, além da romaria de gente pedindo autógrafos, acontecem cenas como a daquele velho que se ajoelhou na frente de Tônico e se benzeu, abençoou os dois e disse: «Agora posso morrer sossegado, porque vi Tônico e Tinoco de perto. Ou como aquele cabloco. Amazonas Dias, jeitão de roça, que entrou de repente num restaurante de rodoviária onde eles estavam almoçando, sentou-se à mesa deles e não parava de chorar, de beijar a mão de Tinoco.

«E não é dizer que eles escrevem só para elogiar, não, continua Tônico. Eles escrevem também fazendo críticas, chamando a atenção de nós, reclamando quando a gente erra uma nota, quando a música não ficou bem contada, e principalmente se a gente se afasta um pouquinho daquele jeitão tradicional de

cantar, de tocar. Por isso que até hoje a gente só usa a viola, mesmo; nada de instrumento eletrônico. A gente quer cantar é a genuína música sertaneja», explica Tinoco.

Oitenta por cento do país

O público do Municipal, senhoras e senhores bem vestidos, frequentadores de ópera e concertos de música clássica, misturados com gente vestida de peão, metalúrgicos, comerciários, estudantes, aplaudiu de pé a dupla. E interferiram no espetáculo, pediam músicas, reclamavam dos fotógrafos que ficavam na frente, comentavam as letras em voz alta, conversavam com eles.

«Nós sentimos que fazemos parte da vida de oitenta por cento da população do país. E nós cantamos as coisas da vida desse público: a mulher amada que vai embora, a vida da fazenda, do mato, a valentia do peão, a boiada, e também coisas engraçadas que acontecem na roça. Não abordamos crises, coisas malfeitas, problemas. Quem ouve a gente, o que quer é uma recordação dessa vida, dessas coisas que gosta.»

Alguma coisa assim como um sonho perdido, a lembrança de um lugar para o qual não se vai mais voltar e que está ligada à sua própria história, despida de recordações desagradáveis. «Tem muita gente que escreve metendo o pau no lugar onde trabalha, reclamando da vida, da situação; dizendo que a vida da roça dá mais. Nós procuramos não influenciar, não incentivar eles a vir para São Paulo».

Mas muitos vêm, e encontram no duro trabalho da fábrica e na vida cinzenta da cidade um motivo a mais para sonhar com a volta, onde a roça aparece como uma espécie de paraíso perdido, exatamente como a cantam Tônico e Tinoco.

É na tristeza da perda desse paraíso que a dupla se encontra com o seu público, na lembrança do boiadeiro corajoso, hoje vestido de operário que aplaude no Municipal o som afinado das violas.